TL 2167

NOTA DE IMPRENSA

ORGANIZAÇÕES PORTUGUESAS ENTREGAM AO PRIMEIRO MINISTRO PROPOSTA DE REVISÃO DA POLITICA DE ACOLHIMENTO E INSERSÃO DOS TIMORENSES EM PORTUGAL

No dia em que se assinala o 4° aniversário do massacre de Santa Cruz, 10 organizações portuguesas que têm acompanhado de perto o processo de acolhimento e insersão dos timorenses na sociedade portuguesa, entregaram ao Primeiro-Ministro António Guterres uma Proposta de revisão da política até agora praticada, neste âmbito, pelo Estado português.

O documento, de 5 páginas, foi acompanhado de alguns Anexos relativos às condições em que vive no nosso país a comunidade timorense e a algumas medidas e iniciativas positivas, embora pontuais e precárias, que foram tomadas nos últimos dois anos, envolvendo um conjunto apreciável de instituições públicas e privadas que, em conjunto, se mobilizaram para responder a problemas mais prementes (entre as quais podemos citar o Ministério dos Negócios Estrangeiros através do Instituto da Cooperação Portuguesa, o Ministério da Educação através do Secretariado Entreculturas e da DREL, a Secretaria de Estado da Juventude, as Universidades do Minho, do Porto e de Coimbra, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Caritas Portuguesa, o Projecto Vida, a Casa Pia de Lisboa, a Igreja de S. João de Deus e as organizações subscritoras da presente Proposta).

O objectivo do documento é o de apresentar um plano coerente "de Acolhimento e Insersão da comunidade timorense para os próximos anos e que respeite os direitos dos timorenses enquanto cidadãos portugueses, enquanto população deslocada por motivo de guerra e enquanto comunidade que prepara o seu futuro na expectativa de um Timor-Leste independente." Simultaneamente, crê-se que a adopção de uma nova política "permitirá ao Governo português readquirir o respeito da comunidade internacional e reforçar a sua capacidade de negociação com o regime de Jacarta".

Afirma-se no texto que o imperativo a que a Proposta procura responder "não é exclusivo do Estado português, antes deve ser partilhado por toda a sociedade. (...) tanto os serviços públicos, quanto os orgãos de poder local, as organizações de solidariedade social, as organizações de solidariedade com o povo de Timor-Leste e outros organismos devem estar disponíveis para participar [neste] projecto (...). Com a condição, indispensável, de se reconhecer a cada instituição o seu papel específico."

Ao explicitar que "o objectivo principal do processo de acolhimento e insersão deve ser o de contribuir para a completa autonomia dos cidadãos", chama-se a atenção para o facto de que "os primeiros meses (...) são cruciais e determinam toda a capacidade mútua compreensão entre os cidadãos deslocados e a comunidade de que passam a fazer parte". Por isso a Proposta apresentada "diz respeito aos primeiros 18 meses após a chegada a Portugal, apontando-se sempre que possível as formas que os apoios posteriores deveriam revestir".

No detalhe, são abordados vários pontos relativos à fase de Acolhimento e de Insersão (subsídios, alojamento, cuidados de saúde, aperfeiçoamento da língua portuguesa, educação e formação profissional e orientação profissional)

Para que as propostas se possam concretizar, o documento sublinha que "terá de haver uma concertação de esforços de todas as partes envolvidas", relembrando no entanto que "o maior esforço será exigidos aos timorenses, recém-chegados de uma Pátria querida, ilegal e brutalmente ocupada. Enfrentar o presente num território estranho, enquanto se reequaciona o passado e se prepara o futuro, é uma gigantesca tarefa".

Lisboa, 12 de Dezembro de 1995

A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE LISBOA
ASSOCIAÇÃO 12 DE NOVEMBRO
CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral)
CIVITAS
COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE (CDPM)
CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CNJ)
GRUPO UNIVERSITARIO DE APOIO À INSERSÃO DOS TIMORENSES
MOVIMENTO CRISTÃO PARA A PAZ (MCP)